

## Representantes presentes da Câmara Social

- |                                       |   |
|---------------------------------------|---|
| 1. Andréa Enomoto (AEA)               | 15. Renato Veneziani (SIND. RURAL)      |
| 2. Fábio Gouvêa (AEA) – suplente      | 16. Fabiana Vieira (ACONVAP).           |
| 3. Klécia Gili Massi (UNESP)          | 17. Ronaldo Madureira (SEURBS)          |
| 4. Luis Barretti (ABES)               | 18. Teles Eduardo Pivetta – suplente    |
| 5. Wilson Cabral (ITA)                | 19. Andrea Sundfeld (SEURBS) - suplente |
| 6. Lincoln Delgado (GCE)              | 20. Rodolfo Venâncio (SEURBS)           |
| 7. Ricardo Law (UNIP) – suplente      | 21. Francisco Couto (SEURBS) - suplente |
| 8. Carlos Renó (SAB VI. Letônia)      | 22. Maiara Resende (SEURBS) - suplente  |
| 9. Ralf Gielow (SAVIVER)              | 23. Dolores Pino (SEURBS)               |
| 10. Daniela Moretti (AABE) – suplente | 24. Georges Assaad (GARD)               |
| 11. Silvío Holleben (AABE) – suplente | 25. Vinícius de P. Corrêa (SIDE)        |
| 12. Osmar Ferreira (SINDNAPI)         | 26. Francisco Godoy (SMC)               |
| 13. Gustavo Bahia (SABESP)            | 27. Gabriela Fachini (SMC) –suplente    |
| 14. Kelly Caramelo (SASP)             | 28. Wellington Zancheta (URBAM)         |
|                                       | 29. Ellen Dayce Rezende (EDP)           |
- 

## Demais cidadãos presentes

- |  |   |
|--|---|
| 1. Milton Takahashi (Poder Público)                      | 14. José Moraes Barbosa (Ambientalista)     |
| 2. Francisco Almeida (Poder Público)                     | 15. Lucas Lacaz Ruiz (Rede Agroflorestal)   |
| 3. Douglas Ivanon (Poder Público)                        | 16. Grazielli (Poder Público)               |
| 4. Kelly Ribeiro (INPE)                                  | 17. Andrea Luswarghi (Somos Parque Betânia) |
| 5. Lana Barbosa (Poder Público)                          | 18. Eduardo Sivinski (156 do povo)          |
| 6. Reinaldo Aguiar (Munícipe)                            | 19. Débora Ewenne (advogada)                |
| 7. Tânia Castroviejo (PD Instrumentos)                   | 20. Rita de Cássia (Banhado)                |
| 8. Lúcia Mendes (Munícipe)                               | 21. Rafaela Cabral (Banhado)                |
| 9. Rogéria Pereira (Munícipe)                            | 22. David Moraes (Banhado)                  |
| 10. Noris Pinolli (Munícipe)                             | 23. Flávia Prado (Somos Parque Betânia)     |
| 11. Maria Cecília Ricetto (Munícipe)                     | 24. Ieda Costa (Somos Parque Betânia)       |
| 12. Rogério Romero Mazzeo (Companhia das Árvores)        | 25. Wagner Balieiro (Vereador)              |
| 13. Arlindo R. de Oliveira Júnior (Profissional Liberal) |   |
- 

## Ausências Justificadas

1. Sueleide Prado (Vale Verde)
- 

**Pauta:**

1. **Aprovação da ATA da reunião de 07/11/18;**
  2. **Posse de conselheiros (representantes da AEA);**
  3. **Arco da inovação;**
  4. **Arborização Urbana: resultados dos programas em realização e o novo edital para Gestão do Patrimônio Arbóreo;**
  5. **Queima de turfa;**
  6. **Município Verde Azul;**
  7. **Informes.**
- 

1 Às catorze horas e trinta minutos, do dia dez de janeiro de dois mil e dezenove, o  
2 Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM, Lincoln Delgado  
3 (GCE), deu início à reunião ordinária, cumprimentando os presentes e agradecendo a  
4 presença de todos, desejando aos presentes um excelente ano e um trabalho profícuo  
5 junto ao Conselho. Relatou os assuntos da pauta, colocando à aprovação em plenária  
6 a Ata da reunião realizada em sete de novembro de 2018, a qual deixou de ser  
7 aprovada por conta de algumas alterações solicitadas pelo conselheiro Wilson Cabral  
8 (ITA), restando a ata pendente de aprovação até a próxima reunião. Na sequência,  
9 esclareceu que houve a solicitação de substituição de alguns membros do Conselho,  
10 por parte da Associação de Engenheiros e Arquitetos (AEA), nomeando a arquiteta  
11 Andrea Hitomi Enomoto como representante titular em substituição a Paulo Roberto  
12 Peneluppi e o arquiteto Fábio Guilherme Moreira Gouvêa como representante suplente  
13 em substituição a William Alvarenga Portela. Em seguida esclareceu que o Poder  
14 Público também solicitou a substituição de dois dos seus membros, nomeando o  
15 engenheiro Rodolfo Marcos Venâncio como representante titular da SEURBS em  
16 substituição ao Técnico Francisco Roberto Couto, e o Técnico Francisco Roberto Couto  
17 como representante suplente da SEURBS em substituição ao Técnico Jonas Rodrigues  
18 Motta; empossados os membros, desejou boas vindas e uma excelente participação  
19 junto ao Conselho, dando sequência aos assuntos da pauta. Por seguinte, iniciada a  
20 discussão sobre o Arco da Inovação, o Secretário de Mobilidade Urbana Paulo  
21 Guimarães, apresentou os aspectos de mobilidade para a implantação da referida obra  
22 pública, que visa à redução do tempo de espera para a travessia no local e emissão de  
23 poluentes. Esclareceu que o Plano Diretor de 2006, Lei Complementar 306, previu a  
24 implantação deste projeto, tendo o mesmo passado pela política do Plano de  
25 Mobilidade Urbana e sido consolidado com a aprovação do atual Plano Diretor de São  
26 José dos Campos; destacou que legislações como estas apontam diretrizes para  
27 soluções de problemas e para o crescimento ordenado da Cidade. Apresentou o mapa  
28 atual da macroestrutura viária da Cidade, demonstrando o entroncamento na Região  
29 do Colinas, afirmando que este é um cruzamento importante, composto por vias do

30 sistema viário principal da Cidade. Destacou que no intervalo de tempo entre a  
31 estruturação do Plano de Mobilidade e o processo de revisão do Plano Diretor, foram  
32 realizadas diversas oficinas comunitárias, de modo que houve diversas discussões  
33 setoriais devidas entre as regiões da Cidade, onde a população foi apontando as  
34 situações que precisavam ser resolvidas e também as soluções destes problemas que  
35 assolam a comunidade de uma forma geral. Ressaltou que em uma destas oficinas,  
36 denominada "Macrozona Oeste", foram feitos alguns apontamentos pela própria  
37 população, e dentre estes apontamentos foi apontado o gargalho gerado na região do  
38 Colinas, causando conflitos entre ciclistas e pedestres, além da grande demanda e  
39 necessidade de criação de ligações com a "Macrozona Sul" para desafogar a Rotatória  
40 do Colinas, o que leva o Poder Público a buscar soluções de Engenharia para a  
41 resolução dos problemas apontados pela população por meio das diretrizes previstas  
42 na Legislação. Esclareceu que a Rotatória do Colinas é o local de maior demanda de  
43 tráfego do Município, superando qualquer outro local, uma vez que circulam pelo local  
44 mais de 180.000 (cento e oitenta mil) veículos por dia, além de 1.246 (mil duzentos e  
45 quarenta e seis) viagens de ônibus ao dia, com aproximadamente 60.000 (sessenta  
46 mil) passageiros, totalizando aproximadamente 300.000 (trezentos mil) pessoas  
47 trafegando pelo local ao dia. Ressaltou que em horário de pico há uma variação de  
48 15.000 (quinze mil) a 20.000 (vinte mil) veículos trafegando no local num período de 01  
49 (uma) hora. Afirmou que a solução tecnológica adotada para a solução deste gargalho  
50 de trânsito remeteu à construção desta ponte estaiada, uma vez que oferece o menor  
51 custo ao Município e é menos impactante para a região. Afirmou ainda que os ciclistas  
52 e pedestres serão beneficiados com a construção da ponte, uma vez que a partir desta  
53 construção haverá um cruzamento de 03 (três) níveis, de modo que o solo continuará  
54 funcionando, além da primeira ponte que fará a interligação do Centro com a Zona Sul  
55 e a segunda ponte que fará a interligação da Zona Sul com a Região do Aquarius,  
56 afirmando que a ponte tem capacidade para absorver 6.000 (seis mil) veículos por  
57 hora/pico e, o tempo de semáforos será reduzido, diminuindo o período de espera dos  
58 ciclistas e pedestres para a travessia no local, além da ciclovia que será construída na  
59 região do Thermas até a Dutra, compondo a solução da mobilidade para a região.  
60 Informou que o recurso financeiro para este empreendimento vem do BID e se trata de  
61 valores que foram economizados de outras obras públicas que foram contempladas por  
62 este mesmo programa, esclarecendo que este programa é específico para obras de  
63 melhoria da estrutura de mobilidade, ressaltando que este dinheiro só poderia ser  
64 utilizado para obras desta natureza. Por fim, afirmou que foi realizada em agosto de  
65 2018 uma pesquisa de opinião acerca do empreendimento, com a entrevista de 328  
66 (trezentos e vinte e oito) pessoas, demonstrando aos presentes o satisfatório resultado  
67 da referida pesquisa. Finalizou esclarecendo que esta solução vem sendo discutida na  
68 Cidade há algum tempo, uma vez que a proposta foi divulgada pela primeira vez no  
69 ano de 2008, tendo sido anunciada a previsão de um investimento de cinquenta  
70 milhões de reais no ano de 2010. Alegou que em 2013 o Secretário de Transporte na  
71 época reforçou a implantação desta ponte com um acréscimo de 50% (cinquenta por  
72 cento) do valor estimado para execução da obra, passando para o valor de setenta e

73 seis milhões de reais, de modo que em 2014 houve novamente um reforço deste  
74 compromisso pelo Secretário de Transportes da época, que deixou bem claro que  
75 somente não executaria a obra por falta de recursos financeiros, chegando até os dias  
76 atuais com a licitação fechada e o valor do investimento fixado em quarenta e oito  
77 milhões de reais, enfatizando que o projeto final é o mais barato já apresentado e que  
78 está disponível para consulta no site da Prefeitura de São José dos Campos. Em  
79 seguida o Diretor do Departamento de Gestão Ambiental da Secretaria de Urbanismo e  
80 Sustentabilidade Ronaldo Madureira, cumprimentou a todos, passando a apresentar os  
81 aspectos de cunho ambiental do projeto para implantação do Arco da Inovação. Iniciou  
82 esclarecendo que a CETESB, órgão responsável pelo licenciamento ambiental do  
83 projeto foi convidada a participar daquela reunião, por meio da Secretaria de  
84 Urbanismo e Sustentabilidade e também por meio da Secretaria Executiva do  
85 Conselho, para prestar maiores esclarecimentos acerca da licença concedida, tendo  
86 respondido aos convites com a justificativa de ausência por conta da grande demanda  
87 de trabalho do Órgão, se colocando à disposição para posteriores esclarecimentos.  
88 Após, efetuou uma análise temporal sobre o impacto antrópico consolidado ao longo do  
89 tempo na região destinada para a construção da ponte, fazendo uma demonstração por  
90 meio de fotos da região, fotografadas em anos distintos, comprovando que a área é  
91 antropizada. Informou que a partir destas considerações foi apresentado um material  
92 para a CETESB e o IPHAN, tendo este segundo Órgão se manifestado em favor ao  
93 licenciamento ambiental devido à antropização da área. Informou ainda, que existem  
94 duas Resoluções do CONAMA (01/86 e 237/97) que discorrem sobre os efeitos  
95 cumulativos sinérgicos e, a partir do que prevê estas Resoluções, restou definido que  
96 seria construído um único canteiro para utilização de todas as obras públicas  
97 municipais a serem realizadas naquela região, a fim de se evitar impactos sinérgicos  
98 cumulativos naquele local. Afirmou que com base em todos os estudos realizados, a  
99 CETESB emitiu a autorização 67.221, em dois de agosto de 2018 para a instalação do  
100 canteiro de obras, passando a demonstrar por meio de fotos algumas peculiaridades do  
101 canteiro. Ressaltou que para a implantação deste canteiro, foi necessária a retirada de  
102 algumas palmeiras que foram devidamente transplantadas e já brotaram no novo local  
103 de plantio, de modo que houve somente a supressão de uma leucena, que nada mais é  
104 do que uma espécie exótica invasora. Afirmou que após estas providências, foi  
105 solicitada a manifestação da CETESB de São Paulo acerca da obra do Arco da  
106 Inovação, que por meio do Parecer Técnico 305/18 (14 /08/18) que apontou que o  
107 estudo mais adequado para o licenciamento seria o Ambiental Simplificado, o qual já foi  
108 devidamente realizado pela Prefeitura, de modo que em dez de dezembro de 2018 foi  
109 emitida a Licença Ambiental de Instalação e a ASV, que autoriza a supressão de  
110 vegetação da área mediante compensação. O Presidente Lincoln Delgado (GCE),  
111 agradeceu as exposições e solicitou que os Secretários Marcelo Manara e Paulo  
112 Guimarães, bem como o Diretor Ronaldo Madureira, compusessem a mesa para  
113 propiciar o debate acerca do tema, abrindo a palavra à plenária para questionamentos.  
114 Na sequência, o representante do ITA Wilson Cabral, solicitou o registro de uma  
115 questão importante, tendo em vista que essa questão ao seu ponto de vista afeta a

116 democracia e a participação neste Conselho; esclareceu que foi questionado de uma  
117 forma muito veemente por sua chefia sobre o porquê de estar associando o nome do  
118 ITA em contrariedade ao “Arco da Inovação”, o que certamente foi colocado pela atual  
119 gestão sobre os Órgãos e Instituições que compõem o COMAM, o que não deveria  
120 acontecer em um regime democrático. Informou que “por sorte” já havia manifestado à  
121 congregação do ITA que existiam embates junto à Prefeitura, inclusive ele enquanto  
122 representante do ITA esteve em embates com a Prefeitura de São José dos Campos  
123 sobre alguns pontos polêmicos como o Plano Diretor e a Ponte Estaiada e, no caso  
124 específico da Ponte Estaiada, em razão das obras terem sido iniciadas sem o devido  
125 licenciamento ambiental, passando a questionar a razão do início das obras sem o  
126 referido licenciamento, tendo em vista que o próprio Secretário de Urbanismo e  
127 Sustentabilidade entende muito bem deste assunto e não deveria em hipótese alguma  
128 deixar que isso acontecesse. Em seguida fez a leitura de um texto publicado no site do  
129 COMAM: “O COMAM constitui um fórum de discussão técnica, democrática e  
130 transparente, cabe a ele realizar debates sobre empreendimentos causadores de  
131 impacto ambiental e outros temas ambientais relevantes, além de contribuir com  
132 programas de preservação e educação ambiental do Município, envolvendo a  
133 comunidade na agenda política, administrativa e ambiental local.” Fez ainda a leitura de  
134 um texto publicado no site da Prefeitura de São José dos Campos referente às  
135 atribuições dos Conselhos Municipais: “O controle social pode ser feito individualmente  
136 por qualquer cidadão ou grupo de pessoas. Os Conselhos gestores de políticas  
137 públicas são canais efetivos de participação que permitem estabelecer uma sociedade  
138 na qual a cidadania deixa de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância  
139 dos Conselhos está em seu papel de fortalecimento da participação democrática da  
140 população, na formulação e implementação de políticas públicas.” Neste momento,  
141 questionou ao Presidente do Conselho Lincoln Delgado (GCE) e ao Secretário de  
142 Urbanismo e Sustentabilidade Marcelo Manara, o que os conselheiros estão a fazer no  
143 COMAM, quando uma obra dessas só é apresentada à plenária depois do seu início e  
144 sem o devido licenciamento ambiental à época do início das obras. Ademais, fez um  
145 questionamento direto ao Secretário de Mobilidade Urbana Paulo Guimarães, acerca  
146 dos princípios da Lei de Mobilidade do Município, questionando sobre quais dos oito  
147 princípios elencados na referida Lei o “Arco da Inovação” atende. Enfatizou que o  
148 formato ideal para esta discussão seria que o Conselho tivesse sido consultado acerca  
149 do problema de mobilidade do Município e das possíveis soluções para o mesmo, para  
150 que a plenária tivesse a devida oportunidade de discussão, o que não vem  
151 acontecendo no Conselho há muito tempo. Em seguida, o Secretário de Urbanismo e  
152 Sustentabilidade Marcelo Manara, desejou a todos um bom ano, com muita saúde e  
153 prosperidade, manifestando a sua discordância com a colocação do conselheiro Wilson  
154 Cabral (ITA), uma vez que a obra não foi iniciada antes do dia dez de dezembro de  
155 dois mil e dezoito, quando foi deferido o licenciamento ambiental, de modo que antes  
156 desta data, apenas foi implantado um canteiro para múltipla função, ou seja, múltiplas  
157 obras locais, justamente para evitar que haja reivindicações sobre impactos e  
158 degradação, tendo o canteiro permanecido sem utilização por muito tempo, até a

159 adequação viária efetuada na frente do supermercado "Extra", que foi a primeira obra  
160 que utilizou aquele espaço, permanecendo inativo posteriormente, até a expedição da  
161 licença ambiental proferida em dez de dezembro de 2018, para início das obras do  
162 "Arco da Inovação". Destacou a existência do controle social, uma vez que desde 2009  
163 se discutem na Cidade as soluções para o entroncamento naquela região, destacando  
164 o fato de que existem documentos comprobatórios, como já demonstrado, pelo  
165 Secretário de Mobilidade Urbana Paulo Guimarães, bastando à pesquisa e leitura dos  
166 mesmos para constatação, além da discussão sobre o Plano de Mobilidade Urbana,  
167 que se deu entre 2010 e 2013, enfatizando que foram muitos os momentos em que a  
168 população joseense opinou sobre os pontos críticos de mobilidade, suas soluções e  
169 consequentemente o tipo de obra a ser implantada, de modo que estão perfeitamente  
170 atendidas as atribuições dos Conselhos Municipais, como a transparência das  
171 informações, a participação popular e o controle social, já que o joseense sempre fez  
172 questão de participar da construção coletiva de planos e diretrizes de trabalho da  
173 Cidade. Informou que o Plano de Mobilidade traz claramente a participação da  
174 população joseense quanto à necessidade de intervenção naquele trecho de  
175 entroncamento, como foi igualmente demonstrado, porém qual medida será adotada,  
176 ou seja, qual o tipo de obra será efetuada seja uma ponte, um teleférico ou outra coisa  
177 qualquer, cabe à Engenharia. Em manifestação, o Secretário de Mobilidade Urbana  
178 Paulo Guimarães afirmou que todos os princípios elencados na Lei de Mobilidade  
179 Urbana foram devidamente contemplados, enfatizando que não consegue enxergar  
180 quais dos princípios não serão atendidos pela obra pública do "Arco da Inovação",  
181 solicitando que, em caso de discordância, o conselheiro Wilson Cabral (ITA) aponte  
182 qual destes princípios não será efetivamente contemplado. Enfatizou que essa obra, e  
183 todas as demais obras que estão sendo executadas, bem como as políticas públicas  
184 que vêm sendo trabalhadas pela Prefeitura de São José dos Campos são para a  
185 sociedade de uma forma geral, sem a priorização de determinados grupos como vem  
186 sendo dito por muitos, por exemplo, em relação à ponte estaiada, onde muitos apontam  
187 que esta obra é direcionada somente aos veículos, o que é uma inverdade, já que esta  
188 obra e todas as demais obras para a melhoria da mobilidade são destinadas às  
189 pessoas, não para veículos específicos. Afirmou que 300 mil pessoas transitam por  
190 aquela região todos os dias e, destas 300 mil pessoas, 60 mil pessoas transitam dentro  
191 de ônibus, de modo que não será proibindo a circulação de veículos de transporte  
192 individual que haverá a mudança dessa matriz de uma hora para outra; então, por este  
193 motivo as obras são destinadas para a população, para as pessoas, e não para  
194 veículos específicos. A representante da AABE Daniela Moretti, afirmou que conhece  
195 muito bem o histórico daquela região, tendo inclusive a certeza de que quando a  
196 funcionária Dolores Moreno Pino esteve no Governo do Ex-Prefeito Eduardo Cury, foi  
197 levantada a hipótese de uma possível instalação de uma ponte estaiada na região;  
198 porém, depois desta época em nenhum momento os moradores da região foram  
199 consultados ou questionados sobre a possibilidade de construção de uma ponte no  
200 local. Em relação à pesquisa de satisfação realizada, destacou que em nenhum  
201 momento teve ciência da realização desta pesquisa, enfatizando que reside no local e



202 não teve notícias de que outros moradores que residem nos entornos da obra, assim  
203 colo ela foram consultados ou questionados em algum momento sobre a realização  
204 desta obra. Sobre a afirmação do Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade, a  
205 respeito da instalação do canteiro de obra conjunta, questionou o motivo desta  
206 informação só ter sido divulgada ao Conselho naquele momento, tendo em vista que o  
207 conselheiro Wilson Cabral (ITA), já havia questionado o início das obras para  
208 implantação da ponte estaiada, sem que tivesse recebido qualquer informação sobre a  
209 instalação desde canteiro, o que evitaria grande parte dos transtornos ocorridos em  
210 plenária. Questionou ainda, qual a ocupação efetiva da via, já que utiliza a via  
211 constantemente e tem ciência de que existem períodos curtos de grande utilização da  
212 via, o que causa certo congestionamento em horários de pico, porém em outros  
213 períodos mais longos a via é muito pouco utilizada, de modo que gostaria de entender  
214 qual será o período de saturação para utilização efetiva da via que justifique a  
215 construção desta ponte na região e por quanto tempo esta ponte irá suprir as  
216 necessidades de todo o crescimento na região. Por fim, solicitou que ao considerar a  
217 comunicação efetuada sobre a obra, a Prefeitura de São José dos Campos não  
218 entenda por interessados somente os moradores que residem nos condomínios no  
219 entorno da obra, mas todos os moradores que residem na região, como por exemplo,  
220 aqueles que residem no Bairro Esplanada, que não tem recebido nenhuma informação  
221 ou comunicado acerca desta obra, o que causa muita estranheza, já que o próprio  
222 jornal da Prefeitura tem chegado nas residências com frequência. O Secretário de  
223 Urbanismo e Sustentabilidade Marcelo Manara, afirmou que a questão do canteiro de  
224 obra conjunta já havia sido esclarecida em muitas outras oportunidades, inclusive junto  
225 ao Conselho; esclareceu que este canteiro foi instalado para atender a demanda das  
226 três obras previstas na região e que ainda havia a expectativa dele atender as  
227 concessionárias SABESP e EDP Bandeirantes para outras adequações, de modo que  
228 a utilização do canteiro acabou não sendo necessária; o que foi colocado perante a  
229 CETESB e noticiado ao Ministério Público. Em seguida, o Secretário de Mobilidade  
230 Urbana Paulo Guimarães, esclareceu que não existe nenhuma exigência legal para  
231 que este tipo de obra seja aprovado em audiência pública; ainda assim houve um  
232 debate acerca da implantação desta ponte no Município, inclusive durante a Gestão  
233 passada, como bem claro ficou em sua exposição anterior, de modo que a “Life”, que é  
234 o principal meio de comunicação da região, entrevistou os Secretários da época e  
235 noticiou a possível instalação de uma ponte no local. Sobre o questionamento do  
236 pequeno período de saturação da via justificar ou não uma obra deste porte, afirmou  
237 que justifica perfeitamente, lembrando aos presentes que este questionamento é muito  
238 similar à discussão ocorrida há 25 (vinte e cinco) anos atrás sobre a implantação do  
239 “Anel Viário”, enfatizando que se àquela época a decisão não tivesse sido tomada pela  
240 Gestão da época a situação atual da Cidade seria caótica. Destacou que no projeto  
241 que fora apresentado ao BID foram evidenciados ganhos relacionados ao ambiente, à  
242 valorização imobiliária e muitos outros aspectos, comprovando a questão do  
243 custo/benefício ao longo do tempo relativos aos impactos gerados; afirmou que as  
244 estimativas realizadas por meio do “software de avaliação e de simulação viária”

245 apontam que pelo crescimento projetado e pelo porte da intervenção, não existirão  
246 mais problemas de entroncamento na região do Colinas pelos próximos 30 (trinta)  
247 anos. A representante da AABE Daniela Moretti questionou se todos os estudos  
248 apontados pelo Secretário de Mobilidade Urbana Paulo Guimarães estão disponíveis  
249 para consulta no site da Prefeitura de São José dos Campos. Em resposta, o  
250 Secretário Paulo Guimarães esclareceu que em razão da densidade do material, bem  
251 como o seu teor técnico, não foi possível disponibilizá-lo ao site institucional; todavia  
252 poderá ser disponibilizado para consulta a qualquer tempo, quando solicitado. A  
253 representante da UNESP Klécia Massi, felicitou a todos os presentes desejando um  
254 bom ano. Em seguida, reiterou as colocações do conselheiro Wilson Cabral (ITA), no  
255 sentido de que as questões são trazidas ao Conselho somente quando as decisões já  
256 foram tomadas e já estão em execução, como ocorreu com o “Bosque Betânia”, com o  
257 processo de revisão do Plano Diretor, com a questão da Linha de Transmissão e agora  
258 vem ocorrendo em relação à ponte estaiada, questionando quando haverá a mudança  
259 deste padrão. Ressaltou que seria interessante trazer ao Conselho alguém que  
260 analisasse linguística, uma vez que o discurso dos representantes do Poder Público é  
261 sempre o mesmo. A respeito da ponte estaiada, afirmou que reside no final da Avenida  
262 Heitor Vila Lobos com a Rua José Francisco Alves e precisa acessar quase que  
263 diariamente a Avenida Jorge Zarur para fazer um retorno e pegar a Dutra, seja para ir  
264 para São Paulo, seja para ir ao Parque Tecnológico onde trabalha, esclarecendo que é  
265 de São Paulo e reside em São José dos Campos há um ano e meio, e não consegue  
266 compreender qual a necessidade de construção desta ponte, uma vez que utiliza  
267 aquela via cotidianamente não apenas de carro, mas também a pé e não acredita que  
268 seja um tempo de espera exacerbado, concordando com a colocação da conselheira  
269 Daniela Moretti (AABE), quando mencionou que existem curtos períodos de saturação;  
270 mas tendo vindo da Capital não acredita que seja necessário a construção de uma  
271 ponte com um investimento de 48 (quarenta e oito) milhões de reais. Ressaltou que  
272 observa que o Presidente Lincoln Delgado (GCE) o Diretor de Gestão Ambiental  
273 Ronaldo Madureira e o Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade Marcelo Manara,  
274 deveriam cursar uma disciplina em algum programa de pós-graduação em Ecologia,  
275 em alguma Universidade Federal ou Pública enquanto ainda existirem, mais  
276 especificamente sobre Ecologia Funcional, que prega que de fato existem muitas  
277 espécies invasoras, mas que cumprem funções ecossistêmicas, ressaltando que a  
278 leucena que foi suprimida para a continuidade da obra abrigava vários pássaros e seus  
279 ninhos e, que ainda que haja a compensação desta supressão com o plantio de  
280 árvores em número muito maior do que foi suprimido é necessário considerar que não  
281 se sabe qual a efetividade deste plantio e qual o tempo que essas árvores demorarão  
282 para alcançar a estrutura daquela leucena que foi suprimida, pois apesar de ser uma  
283 invasora está cumprindo uma função importante. Em resposta, o Secretário de  
284 Urbanismo e Sustentabilidade Marcelo Manara ressaltou que é bastante claro que  
285 possui um conflito conceitual junto à conselheira Klécia Massi, porém a diferença de  
286 sua abordagem é que ele não tenta desqualificar a formação e o conhecimento da  
287 conselheira, uma vez que respeita as colocações de todas as pessoas. Afirmou que

288 jamais irá concordar que substituir uma leucena por um pomar de frutíferas nativas da  
289 Mata Atlântica traga um prejuízo ambiental e, para isso não é preciso que realize  
290 nenhum Curso de Ecologia da Paisagem Urbana e, nem é necessário que recomende  
291 que a conselheira realize um Curso de Espécies Exóticas Invasoras e seus prejuízos,  
292 mas continuará afirmando que há muitos ganhos em termos de substituição destas  
293 árvores, uma vez que existem técnicas de restauração florestal que garantem um  
294 sucesso muito eficaz acerca desta restauração. Afirmou que continuará “votando sim”  
295 para a substituição de leucenas, espécie exótica invasora que desde 1.890 é registrada  
296 na literatura internacional como uma das espécies mais agressivas e prejudiciais ao  
297 hábitat de diversos animais, inclusive destes pássaros que a conselheira afirma que  
298 são abrigados pela leucena, que certamente devem estar passando fome ou o  
299 contrário, devem estar muito gordos precisando emagrecer, já que a frutificação da  
300 leucena não dá abrigo ou alimentação para qualquer espécie. O Diretor do  
301 Departamento de Gestão Ambiental Ronaldo Madureira, afirmou que ainda que haja  
302 uma percepção conceitual um pouco diferente do que foi colocado pela conselheira  
303 Klécia Massi, são necessárias que sejam cumpridas as determinações das  
304 Resoluções. Lembrou que a Resolução nº 07 de 2018, do Ministério do Meio Ambiente,  
305 dispõe sobre a estratégia nacional para as espécies exóticas e invasoras no âmbito da  
306 Comissão Nacional de Biodiversidade, exemplificando a situação do caramujo africano  
307 que ao ser trazido para o Brasil, trouxe um prejuízo enorme ao ecossistema, uma vez  
308 que se prolifera rapidamente e por não possuir predador acaba ocasionando uma série  
309 de doenças, ressaltando que embora não da mesma forma, com as plantas acontece o  
310 mesmo. Destacou que o plantio de árvores para compensação é feito com mudas de  
311 1,80 metros aproximadamente; são mudas com DAP 3, o que garante um sucesso  
312 efetivo de plantio. O representante da SAVIVER Ralf Gielow solicitou a disponibilização  
313 dos Pareceres Técnicos da CETESB, bem como a Licença Ambiental no site da  
314 Prefeitura de São José dos Campos para consulta. O representante do ITA Wilson  
315 Cabral, afirmou que ficou muito preocupado com a afirmação do Secretário de  
316 Mobilidade Urbana Paulo Guimarães, a respeito do atendimento a todos os princípios  
317 do Plano de Mobilidade, salientando que não iria discorrer sobre cada um dos oito  
318 princípios nem sobre como a instalação desta ponte não atende a nenhum deles.  
319 Ressaltou que a fala do Secretário é inverídica quando disse que a execução desta  
320 obra é destinada às pessoas, como se ônibus, ciclistas e pedestres pudessem trafegar  
321 por aquela ponte quando construída, uma vez que somente veículos irão trafegar no  
322 local. Lembrou a todos que o Plano de Mobilidade projetava como meta uma redução  
323 de 32% (trinta e dois) por cento do fluxo de transporte individual motorizado e um  
324 aumento proporcional do transporte público coletivo e/ou não motorizado e, portanto,  
325 esta ponte não atende esta projeção, muito pelo contrário, já que quanto mais fluidez  
326 para veículos individuais motorizados menos serão cumpridas as metas com a Política  
327 de Mobilidade Urbana do Município. Afirmou que há uma série de outras questões  
328 técnicas para abordar e que a construção desta ponte não será eficaz; porém, não irá  
329 discorrer todas elas, uma vez que a decisão sobre a construção desta ponte já está  
330 tomada, como ficou demonstrado no transcorrer da reunião. Por fim, destacou que ao

331 olhar para o Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade Marcelo Manara, vem à sua  
332 lembrança a “lenda do rei nu”, pois toda vez que este rebate afirmações alegando que  
333 são mentiras, está nu. Destacou que o ideal seria que o Conselho tivesse a  
334 oportunidade de discutir a concepção, o planejamento, ou seja, ideias, muito antes de  
335 se tornarem efetivas e decididas, o que acertadamente não vem ocorrendo, solicitando  
336 a manifestação do Presidente Lincoln Delgado (GCE) sobre o fato de que o Conselho  
337 deixou de discutir questões ambientais associadas a uma obra deste porte, tomando  
338 ciência da situação somente após a decisão tomada e já judicializada. Em resposta, o  
339 Presidente Lincoln Delgado (GCE), afirmou que infelizmente o Conselho, que é  
340 formado boa parte pela Sociedade Civil, é muito mais reativo do que proativo. Destacou  
341 que não é possível prever algumas questões, já que elas surgem e na oportunidade  
342 são debatidas em plenária, lembrando que assim que o Conselho foi informado acerca  
343 da situação do “Bosque Betânia”, houve a devida discussão sobre o assunto entre os  
344 membros, inclusive com a formação de uma Câmara Técnica específica. Afirmou que  
345 há 20 (vinte anos) vem trazendo ao Conselho temas ambientais para serem discutidos;  
346 lembrando que não é fácil, pois são muitos temas a serem debatidos, mesmo para um  
347 Conselho que realiza reuniões mensais, chegando a 12 (doze) reuniões por ano,  
348 quando o regimento prevê somente 06 (seis). Afirmou que não possui a mesma  
349 capacidade técnica da conselheira Klécia Massi (UNESP), porém tem uma vivência de  
350 mais de 30 (trinta) anos de botânica e seria capaz de apontar se uma espécie vegetal  
351 ou obra são ou não relevantes, ressaltando que a arrogância que a conselheira traz em  
352 sua fala em todas as reuniões infelizmente fere uma série de pessoas que estão aptas  
353 a discutirem o tema e desvaloriza a capacidade de muitos, e que a mesma o faz só  
354 porque possui títulos da UNESP. Registrou que está concluindo um mestrado em  
355 Ecologia e que talvez não seja de uma Universidade Federal como pontuado pela  
356 conselheira e, talvez os seus professores renomados e reconhecidos  
357 internacionalmente não tenham qualquer importância para ela. Em seguida, esclareceu  
358 que na Gestão passada teve uma obra que necessitaria de licenciamento municipal,  
359 porém o COMAM precisaria ser deliberativo para licenciar, ressaltando que o próprio  
360 Conselho rechaçou essa possibilidade, o que faz com que o Conselho seja reativo e  
361 não formulador de Políticas Públicas, lembrando ainda que existem diversos outros  
362 conselhos aptos a discutirem questões urbanísticas, bem como outras questões.  
363 Afirmou que assim que informado acerca da implantação da ponte estaiada no  
364 Município, o Conselho oficiou a CETESB convidando-a para que comparecesse a uma  
365 reunião do Conselho e prestasse maiores esclarecimentos acerca do licenciamento da  
366 referida obra, pois ela quem concederia ou não a licença ou mesmo apontaria quais os  
367 ajustes deveriam ser feitos e, após o encaminhamento da resposta pela CETESB, esta  
368 é a primeira oportunidade para o debate de todos os aspectos envolvendo a execução  
369 da obra. Afirmou ainda que em nenhum momento a Presidência do Conselho ou  
370 qualquer outro membro se furtou a discutir a obra; muito pelo contrário, lembrou que  
371 são muitos temas relevantes a ser discutidos apenas uma vez por mês, daí o objetivo  
372 das composições de Câmaras Técnicas. Neste momento, a representante da AABE  
373 Daniela Moretti, solicitou a resposta de seu questionamento sobre a comunicação que

374 vem sendo feita aos moradores dos entornos da obra, uma vez que em Gestões  
375 anteriores as obras de grande porte sempre foram devidamente comunicadas e o  
376 projeto sempre era conversado com a população, enfatizando que em nenhum  
377 momento questionou a realização de audiência pública para início da obra. O  
378 Secretário de Mobilidade Urbana Paulo Guimarães afirmou que a comunicação foi  
379 dividida entre “Comunicação Dirigida” e “Comunicação em Massa”, de modo que a  
380 primeira consiste na comunicação efetuada em pontos concentrados da Cidade  
381 visando alcançar muitas pessoas ao mesmo tempo, como por exemplo, é o caso dos  
382 Shoppings e Hotéis da Cidade; enquanto a segunda consiste na comunicação efetuada  
383 por meio do site da Prefeitura de São José dos Campos e por meio de veículos de  
384 comunicação como rádio e televisão, além da própria mídia espontânea que gera este  
385 debate, assim destacando que a população de forma geral vem sendo alcançada pelos  
386 meios de “Comunicação em Massa”. Após, o Presidente Lincoln Delgado (GCE) abriu a  
387 fala para os Municípios inscritos para manifestação acerca do tema, esclarecendo que  
388 seriam realizados blocos de três perguntas e respostas. A munícipe Lucia Mendes,  
389 moradora do Edifício London, prédio que está situado no local de instalação da ponte  
390 estaiada, questionou qual foi a atitude do Conselho perante os moradores residentes  
391 nas proximidades da ponte a ser construída; discordou da colocação do Secretário de  
392 Mobilidade Urbana Paulo Guimarães ao afirmar que esta construção irá beneficiar as  
393 famílias, já que reside no local há mais de 20 (vinte) anos e não se sente beneficiada  
394 de forma alguma, já que seu imóvel será claramente desvalorizado com a execução  
395 desta obra, questionando ainda qual o benefício trazido aos moradores da região que  
396 nem sequer foram consultados sobre a implantação deste projeto. Solicitou que os  
397 estudos que embasaram o início da obra de instalação da ponte sejam disponibilizados  
398 no site da Prefeitura de São José dos Campos, enfatizando que a população tem  
399 direito ao inteiro teor destes estudos, independente da capacidade técnica de cada um.  
400 Em seguida, a Munícipe e moradora da região Rogéria Pereira, questionou a  
401 experiência do Secretário Paulo Guimarães referente à Mobilidade Urbana, bem como  
402 do Secretário Marcelo Manara e do Diretor do Departamento de Gestão Ambiental  
403 Ronaldo Madureira, questionando ainda qual a formação e qualificação destes  
404 servidores para ocuparem estes cargos. Esclareceu que o seu questionamento sobre o  
405 nível técnico dos membros da Prefeitura é muito pertinente, uma vez que o mundo  
406 inteiro está tentando conter este tipo de construção; lembrou que o “minhocão” em São  
407 Paulo se tornou uma construção inerte, já que a Cidade cresceu e ele não atende as  
408 necessidades da mesma, não podendo ser demolido por conta do custo que acarretaria  
409 esta demolição e da quantidade de sucata que geraria, servindo de ponto de drogas e  
410 moradia para andarilhos, além de soltar fuligem que sobe aos prédios localizados nos  
411 entornos da construção, danificando os mesmos. Ressaltou que em Nova York tem  
412 ocorrido o mesmo com as ferrovias suspensas, que vêm sendo inutilizadas e  
413 desativadas, destacando que todas as regiões metropolitanas do mundo já entenderam  
414 que este tipo de construção não é a melhor solução para a mobilidade; ao contrário,  
415 além de não resolver o problema, geram infinitos outros problemas. Enfatizou que a  
416 construção desta ponte irá resolver momentaneamente o problema e que estará

417 saturada e inutilizada em poucos anos, afirmando que a única intenção da Gestão atual  
418 é de “fazer sua obra de fotografia”. Finalizou afirmando que no mundo todo este tipo de  
419 projeto é realizado por arquitetos, questionando se os responsáveis pelo projeto que  
420 será implantado na Cidade são arquitetos ou engenheiros, alegando que para se  
421 implantar um projeto como este é necessário conhecimento, o que os técnicos da  
422 Prefeitura não estão demonstrando ter, já que uma construção dessas irá desfigurar o  
423 ambiente, desfigurar os propósitos, desvalorizar todos os imóveis do entorno, deteriorar  
424 a paisagem urbana e trazer risco para a comunidade, uma vez que embaixo do viaduto  
425 certamente ficarão abrigados andarilhos e usuários de drogas. Na sequência, a  
426 munícipe e moradora do Edifício London Cecília Arias, fez a leitura de alguns  
427 questionamentos acerca da obra do Arco da Inovação. (Os questionamentos foram  
428 disponibilizados via e-mail a todos os conselheiros e anexados à Ata). Finalizou  
429 ratificando a colocação do conselheiro Wilson Cabral (ITA), sobre o fato de que a obra  
430 para instalação da ponte estaiada foi iniciada antes da concessão da Licença  
431 Ambiental proferida pela CETESB, afirmando que é moradora do Edifício London  
432 situado à frente do local escolhido para a implantação da ponte e é testemunha de que  
433 houveram várias movimentações relacionadas à obra no local, além de terem ocorrido  
434 diversas intervenções da EDP Bandeirantes e da CONGÁS nas residências vizinhas  
435 por conta da obra, tendo inclusive acarretado trocas de posição de postes para  
436 viabilizar o início da construção, bem como a demarcação do espaço para início da  
437 obra. Acerca da colocação do Secretário de Mobilidade Paulo Guimarães, sobre a  
438 pesquisa realizada para consulta da população, afirmou que enquanto moradora  
439 recebeu uma ligação da Prefeitura, antes de prestada qualquer informação sobre esta  
440 obra, se tratando de uma pesquisa “fechada” que não possibilitava outras respostas  
441 senão “sim ou não”, impedindo qualquer tentativa de discussão a respeito da situação.  
442 Afirmou que apenas 300 (trezentos) pessoas foram abordadas por esta pesquisa,  
443 questionando se estatisticamente este número representa toda a população. Finalizou  
444 rechaçando a colocação de que “esta obra está sendo realizada para as pessoas”,  
445 enfatizando que as pessoas não estão felizes ou satisfeitas, ao contrário, ninguém  
446 deseja ou quer a construção desta ponte, o que demonstra que esta obra não está  
447 sendo realizada para ninguém. Antes de prestar esclarecimentos, por uma questão de  
448 ordem, o Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade Marcelo Manara, em razão do  
449 avançado do horário propôs que os demais assuntos da pauta fossem encaminhados  
450 para a próxima reunião, para que os expositores e interessados sobre estes assuntos  
451 pudessem se ausentar para tratar de outros compromissos. O Presidente Lincoln  
452 Delgado (GCE) manifestou a sua concordância, solicitando a manifestação dos demais  
453 membros presentes. Em manifestação, o representante do ITA Wilson Cabral, em  
454 razão da relevância dos demais temas, em especial “A Queima de Turfa” e, em  
455 respeito aos moradores do Banhado, parte interessada na discussão deste tema,  
456 propôs a realização de uma reunião extraordinária para tratar especificamente deste  
457 tema premente, a realizar-se no máximo em 15 (quinze) dias. A representante da  
458 UNESP Klécia Massi, solicitou a consulta dos moradores do Banhado a fim de verificar  
459 se haveria alguma questão urgente que necessitaria ser tratada na reunião em

460 andamento. Em manifestação, o munícipe e morador do Banhado Davi, afirmou que  
461 concordaria em discutir a questão da queima de turfa no banhado posteriormente  
462 desde que a Prefeitura de São José dos Campos se comprometa a paralisar a  
463 pesquisa que vem sendo realizada no local, sob a alegação de que vem sendo  
464 realizada pesquisa de solo no Banhado. O Presidente Lincoln Delgado (GCE), em  
465 decorrência da importância do tema e da exclusão do mesmo da pauta, afirmou que  
466 será realizada uma reunião extraordinária para tratar especificamente deste tema, em  
467 data a ser divulgada previamente via e-mail, afirmando ainda que a resposta ao  
468 questionamento do Senhor Davi será ofertada pela Prefeitura de São José dos Campos  
469 também por e-mail aos conselheiros. Dando prosseguimento à reunião, o arquiteto e  
470 urbanista Arlindo Régis de Oliveira Junior, informou que compôs o Conselho Gestor do  
471 Plano Diretor como representante titular do "Movimento Defende São José" e, que em  
472 decorrência desta experiência nada profícua, havia decidido que não mais participaria  
473 de qualquer reunião de Conselhos Municipais ou de natureza de consulta popular;  
474 todavia, como munícipe e profissional liberal e dada a relevância deste tema, entende  
475 que é seu dever enquanto cidadão se manifestar acerca deste assunto. Esclareceu que  
476 não possui nenhuma filiação partidária e não defende nenhuma posição ideológica,  
477 apesar de ser favorável à administração do Prefeito Felício Hamuth, por entender que o  
478 mesmo é bem intencionado em relação à Cidade, mas entende que infelizmente as  
479 atitudes de alguns Secretários e Assessores segue em sentido contrário ao que o  
480 Prefeito prega. Afirmou que a ponte estaiada pode ser considerada como um elemento  
481 de solução, mas não da forma como foi colocada, já que os estudos apontados não são  
482 claros; questionou a existência da "Pesquisa de Origem e Destino" que é a principal em  
483 qualquer estudo de mobilidade e já deveria ter sido disponibilizada a todos os cidadãos.  
484 Afirmou ainda, enquanto profissional e morador do Bairro Aquarius, que esta ponte não  
485 está sendo construída para privilegiar este bairro como muitos dizem, assim como não  
486 está sendo construída para atender ao "Projeto da área das Vaquinhas", do qual é  
487 idealizador, mas tão somente interesses públicos, alegando que é necessário debater o  
488 assunto tecnicamente em condições paritárias. O munícipe Eduardo Sivinski  
489 esclareceu que representado pela Doutora Débora Ewenne ingressou judicialmente  
490 contra a construção da ponte estaiada, ressaltando que graças à sua iniciativa o  
491 Ministério Público está se posicionando acerca desta obra, tendo inclusive solicitado a  
492 paralisação da obra por meio de uma Ação Civil Pública. Ressaltou que já está  
493 comprovado que em poucos anos a utilização desta ponte estará saturada e não mais  
494 atenderá as necessidades da região e não irá resolver o problema de entroncamento  
495 no local; afirmou que a administração somente insiste nesta construção porque este é  
496 "o sonho de consumo do Prefeito e de seus Secretários", já que nitidamente a  
497 população está contra esta construção, além do posicionamento do Ministério Público e  
498 do Doutor Ronaldo, idealizador do projeto que instituiu o Anel Viário. A representante  
499 do Movimento "Somos Parque Betânia" Andrea Luswarghi, questionou aos presentes  
500 quantos que ali estavam já haviam lido na íntegra a Ação Civil Pública proposta pelo  
501 Promotor Gustavo Médici, recomendando que todos os conselheiros, em especial os  
502 membros da Prefeitura de São José dos Campos, efetuem a leitura integral dos autos,

503 enfatizando que a Ação proposta a partir dos dados disponibilizados pela Prefeitura,  
504 deixa muito claro que em 2025 a ponte estaiada estará saturada, apesar do  
505 investimento altíssimo de 48 milhões de reais, que ainda poderá ser maior se forem  
506 necessários aditivos, assim como deixa claro que este projeto infringe diversas leis  
507 brasileiras. Afirmou que o aspecto mais grave desta construção, além do alto custo e  
508 da ineficiência do projeto, é que este projeto não comporta alteração em razão da  
509 natureza da construção, já que se trata de uma ponte suspensa e não poderá ser  
510 reformada ou ajustada, comportando apenas a demolição em caso de saturação. Por  
511 fim, esclareceu que vem acompanhando há muito tempo a situação do Bairro  
512 Esplanada e a reformulação da Lei de Zoneamento, tendo inclusive criticado muito a  
513 administração do PT, o que demonstra que não possui vinculação alguma com este  
514 partido. Neste momento, ao identificar a presença do Vereador Wagner Balieiro (PT),  
515 lembrou a todos que na Gestão passada o mesmo foi Secretário de Transporte,  
516 enfatizando que seu rosto “apareceu” na apresentação feita pelo atual Secretário de  
517 Mobilidade Urbana Paulo Guimarães, sob a alegação de que a Gestão anterior apoiava  
518 a construção desta ponte na região, tendo apresentado um projeto para a construção  
519 da mesma que custaria o dobro do investimento previsto pela Gestão atual, solicitando  
520 maiores esclarecimentos por parte do Vereador. Em manifestação aos  
521 questionamentos efetuados, o Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade Marcelo  
522 Manara, afirmou que o Secretário de Mobilidade Urbana é a pessoa mais indicada para  
523 esclarecer as questões que envolvem a justificativa da obra. Afirmou que respeita muito  
524 todos os posicionamentos e o debate democrático, parabenizando àqueles que  
525 souberam se posicionar de forma democrática e educada, afirmando que o COMAM é  
526 um colegiado de grande importância e não pode de forma alguma ter seus debates  
527 prejudicados por arroubos e gritarias. Em resposta ao questionamento da munícipe  
528 Rogéria Pereira, sobre sua formação e capacidade técnica, esclareceu que é  
529 Engenheiro Agrônomo, Gestor Ambiental, com 32 (trinta e dois) anos de formado,  
530 tendo permanecido como Gerente da CESP por 10 (dez) anos; após este período  
531 participou de 04 (quatro) enchimentos de reservatórios, tendo permanecido como  
532 Assistente Técnico do Ministério Público pelo período de 10 (dez) anos, bem como foi  
533 empresário no setor de Restauração Florestal e Consultoria Ambiental, além de possuir  
534 um portfólio de cerca de cinco milhões de mudas nativas implantadas em  
535 reflorestamentos nos Estados de São Paulo, Paraná, Tocantins, Rio de Janeiro e  
536 Argentina, com vários livros publicados a respeito de técnicas de restauração e  
537 recuperação de áreas degradadas, embora não tenha o Título de Doutor da UNESP no  
538 entendimento dessa questão florestal. Informou ainda que participou por um período de  
539 05 (cinco) anos do Conselho Estadual de Meio Ambiente, representando a Sociedade  
540 Civil, concomitantemente à representação da Região Sudeste perante o Conselho  
541 Nacional de Meio Ambiente por um período de 06 (seis) anos, quando teve a honra de  
542 aprender dinâmicas de construção de políticas públicas na questão ambiental.  
543 Finalizou assegurando aos conselheiros e demais presentes, bem como à sociedade  
544 joseense, com base em seu conhecimento e experiência em Gestão Ambiental, que o  
545 processo de licenciamento ambiental deste empreendimento está completo e revestido

546 de toda legalidade, ressaltando que acredita que por este motivo o Promotor de Justiça  
547 Gustavo Médici não tenha incluído no seu questionamento à Justiça qualquer  
548 entendimento de fragilidade do processo de licenciamento ambiental, colocando-se à  
549 disposição para demais questionamentos. Neste momento, o Secretário foi  
550 questionado sobre o remanejamento das 08 (oito) Palmeiras Imperiais situadas em  
551 frente ao Edifício Londo e necessitarão serem suprimidas para outro local para a  
552 construção da ponte estaiada sob a alegação de que o remanejamento destas  
553 palmeiras foi recusado pela Prefeitura de São José dos Campos, tendo sido  
554 questionado ainda sobre a razão de a CETESB ter concedido uma Licença Simplificada  
555 e não ter solicitado o EIA/RIMA (tais questionamentos foram feitos pela munícipe  
556 Cecília Arias em leitura). A engenheira e representante do Poder Público Dolores  
557 Moreno Pino esclareceu que atualmente trabalha com desapropriações de áreas, por  
558 meio da Divisão de Patrimônio da Prefeitura de São José dos Campos e, se tratando  
559 da Obra do Arco da Inovação, vem cuidando de toda a parte de Decretos de  
560 desapropriação e vem lidando com as áreas afetadas; afirmou que esteve no Edifício  
561 London entre os dias dezoito e dezenove de dezembro para participar de uma reunião  
562 com o síndico do prédio e tinha como pauta exclusiva a situação das palmeiras  
563 situadas na frente do edifício; compareceu munida de todos os projetos da obra para  
564 conhecimento dos interessados, tendo colocado a Prefeitura à disposição dos  
565 moradores para a realização de uma reunião de condomínio, que por sugestão do  
566 próprio síndico será agendada no mês de janeiro. Afirmou ainda, que tratando  
567 especificamente das palmeiras, houve uma proposta por parte da Prefeitura de São  
568 José dos Campos para a relocação destas palmeiras no interior do prédio, a qual foi  
569 recusada pelo síndico sob a alegação de que não haveria área disponível dentro do  
570 prédio. A munícipe e moradora do Edifício London Cecília Arias, afirmou que os  
571 projetos mencionados pela Engenheira Dolores foram apresentados prontos, de modo  
572 que o síndico pôde dar somente uma "olhadinha" rápida nestes projetos; lembrando  
573 que no mês de novembro o mesmo protocolou um pedido formal de vistas destes  
574 projetos e, somente na semana atual, o projeto foi disponibilizado na íntegra para  
575 discussão dos moradores. Referente às palmeiras, afirmou que a Prefeitura de São  
576 José dos Campos alegou que as palmeiras foram plantadas em área pública e por isso  
577 necessitaria de supressão ou relocação, e no caso da relocação as despesas ficariam  
578 por conta dos moradores, afirmando ainda que nenhum morador concorda com a  
579 retirada das palmeiras do local atual. Com relação ao EIA/RIMA e o Estudo Ambiental  
580 Simplificado, o Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade Marcelo Manara, informou  
581 que esta é uma prerrogativa de análise da CETESB, uma vez que a Prefeitura faz uma  
582 "carta consulta" ao Órgão Gestor do licenciamento e este Órgão ao analisar as  
583 condições técnicas do empreendimento e o local, define qual o patamar de  
584 licenciamento requerido. No caso do Arco da Inovação, esclareceu que em razão da  
585 obra oferecer somente a intervenção permanente em dois mil cento e noventa metros  
586 quadrados, em uma área antropizada por conta da série de intervenções que esta área  
587 já sofreu ao longo do desenvolvimento daquela região e, por não conter supressão de  
588 vegetação ou grandes impactos em APP, não há a necessidade de execução de

589 EIA/RIMA, conforme a Resolução do CONOMA 01/86 e a Resolução 237. Destacou  
590 que esta é uma prerrogativa da CETESB, de modo que o Órgão foi oficiado mais de  
591 uma vez pela Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade e pelo próprio Conselho para  
592 que comparecesse e prestasse maiores esclarecimentos deste licenciamento, tendo  
593 recebido a negativa do Órgão, como já foi esclarecido. Sobre a compensação de  
594 árvores, informou que a Prefeitura realizou um levantamento de toda área pública  
595 possível localizada no entorno da obra e, ao final desta obra haverá uma conversão  
596 significativa de grama em floresta. Esclareceu que a Cidade tem um eixo  
597 completamente contaminado por leucena na região da FAAP, tendo sido apresentada  
598 pela Prefeitura a qualificação deste pomar florestal com a descontaminação biológica  
599 da leucena e o plantio exclusivo de espécies nativas em todo o eixo subindo o Rio  
600 "Senhorinha", e também no eixo "Vidoca", que possui hoje cerca de oito mil metros  
601 quadrados de área de grama e irá se transformar em uma floresta exclusivamente de  
602 plantas nativas, consolidando um grande corredor pela área ciliar. Em seguida, o  
603 Secretário de Mobilidade Urbana Paulo Guimarães, informou que é Engenheiro Civil,  
604 formado pela UNIVAP, pós-graduado em Engenharia de Custos e em Gestão de  
605 Trânsito, cursou MBA em Mobilidade e Segurança, bem como que trabalha na  
606 Prefeitura de São José dos Campos desde 1997, é funcionário efetivo, tendo  
607 trabalhado todo este período na Secretaria de Transportes, hoje denominada  
608 Secretaria de Mobilidade Urbana. Com relação às consultas públicas esclareceu que  
609 este trabalho foi realizado na época de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, por  
610 meio de audiências públicas e oficinas comunitárias, onde o tema se concentrava em  
611 "Soluções para os gargalos de trânsito" entre tantos outros que foram trabalhados nas  
612 políticas de mobilidade. Destacou que em audiências públicas e durante o processo de  
613 revisão do Plano Diretor, não se discute a solução tecnológica que será dada para o  
614 problema de mobilidade. Sobre a saturação até 2025, esclareceu que se trata de uma  
615 interpretação equivocada de quem analisou o documento e vem fazendo esta  
616 afirmação, alegando que não sabe exatamente quais os estudos que embasaram esta  
617 afirmação, tendo em vista que ainda não teve acesso ao inteiro teor da Ação Civil  
618 Pública em tramitação, mas tão somente à petição inicial, afirmando que a Prefeitura  
619 de São José dos Campos ainda não foi devidamente notificada acerca desta Ação.  
620 Ressaltou que o Município Eduardo Sivinski já judicializou a questão visando a  
621 paralização da obra, em uma ação que apresentava os mesmos argumentos agora  
622 apresentados pelo Ministério Público, tendo sido derrotado e conseqüentemente o  
623 processo arquivado. Esclareceu ainda, a respeito da possível desvalorização dos  
624 imóveis locais que o Relatório do BID, ao contrário da alegação dos moradores, projeta  
625 a valorização destes imóveis, enfatizando que se ficará bonito ou feio dependerá da  
626 opinião de cada um, porém não é algo a ser considerado. Por fim, esclareceu que a  
627 "Pesquisa de Origem e Destino" foi considerada para a implantação deste projeto,  
628 afirmando que o atlas com o resultado desta pesquisa está disponível para consulta no  
629 site da Prefeitura, enfatizando que somente não estão disponibilizados os dados brutos  
630 que embasaram o resultado, por questão de segurança. O Diretor do Departamento de  
631 Gestão Ambiental Ronaldo Madureira, informou aos presentes que é Engenheiro com

632 especialização em Gestão Ambiental, é mestre formado pela UNICAMP na área de  
633 Energia e Meio Ambiente, além de ter concluído vários cursos na área de Tecnologia  
634 Sustentável, Bioconstrução, além de ser membro da Sociedade Brasileira de  
635 Arborização Urbana. Destacou que se sente muito feliz ao presenciar moradores  
636 tentando manter árvores na frente de suas casas, pois é algo muito raro de se ver, já  
637 que muitos querem as árvores no quintal do vizinho, rechaçando o plantio em frente ao  
638 seu próprio empreendimento. Enfatizou que a proposta encaminhada à CETESB prevê  
639 a implantação de um paisagismo ecológico, que nada mais é do que o plantio de  
640 nativas ao longo das avenidas locais, justamente para se evitar o aumento da poluição  
641 do ar e de ruídos no local, o que é uma das preocupações dos moradores em relação à  
642 construção do Arco da Inovação. Neste momento, a Munícipe Rogéria Pereira  
643 agradeceu a “boa intenção” do Diretor Ronaldo Madureira, enfatizou que ele  
644 diferentemente dos demais pensa no ser humano, enquanto que o Secretário de  
645 Mobilidade Urbana pensa somente em concreto. Destacou que a impressão que tem é  
646 que esta reunião de nada adiantará, uma vez que a administração já tomou sua  
647 decisão e todos os agentes administrativos ali presentes estão agindo de forma  
648 premeditada. Afirmou que pela conduta e expressão pacífica do Secretário Paulo  
649 Guimarães, tem a certeza de que ao final daquela reunião ele virará as costas e a  
650 ponte será construída. Em seguida, o representante do ITA Wilson Cabral, destacou  
651 que a obra em si está sendo tocada sem a consulta da população, além de ter sido  
652 iniciada sem o devido licenciamento ambiental, enfatizando que a motivação da obra é  
653 questionável, bem como que faltaram análises de alternativas, inclusive não estruturais,  
654 o que vai ao encontro das premissas de mobilidade. Afirmou que a informação é  
655 assimétrica, uma vez que a Prefeitura detém toda a informação acerca do  
656 empreendimento e a sociedade não tem nenhuma informação e, o pouco de  
657 informação prestada é disponibilizada a “conta gotas”, propondo, em seguida, a  
658 despeito dos motivos expostos, uma moção à Prefeitura de São José dos Campos para  
659 que acate o pedido de suspensão em caráter liminar feito pelo Ministério Público e que  
660 o COMAM seja um Fórum para uma discussão profícua, juntamente com os demais  
661 Conselhos Municipais, solicitando a votação do encaminhamento. Em manifestação, o  
662 Presidente Lincoln Delgado (GCE) alertou que dado o adiantado da hora, pode ser que  
663 a votação seja prejudicada, em razão da ausência de alguns conselheiros. Todavia,  
664 colocou em votação a possibilidade do Conselho promover esta moção face à  
665 Prefeitura. Foram contabilizados 03 (três) votos a favor da moção a ser encaminhada  
666 para a Prefeitura, bem como 09 (nove) votos contra ao encaminhamento desta moção.  
667 Finalizada a votação, o Presidente Lincoln Delgado (GCE) ressaltou que todos os  
668 questionamentos colocados em plenária serão devidamente encaminhados para a  
669 CETESB, a Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade e a Secretaria de Mobilidade  
670 Urbana, para que estes órgãos prestem maiores esclarecimentos. Em seguida, o  
671 Vereador Wagner Balieiro (PT), em razão de ter sido citado algumas vezes, afirmou  
672 que as alegações feitas não são verdadeiras. Afirmou que o estudo inicial para  
673 viabilidade da ponte estaiada foi contratado no ano de 2011, com um custo de quarenta  
674 e nove milhões de reais à época e, no dia quatro de março de 2012, foi falado pelo



ATA da Reunião Ordinária

Dia: 10 de janeiro de 2019

Horário de início: 14:00 horas

Conselho Municipal de Meio Ambiente  
São José dos Campos - SP

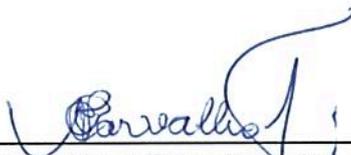
Local: Auditório do Térreo do Paço Municipal

675 Prefeito da época que a ponte não era viável, pois não havia demanda para se  
676 construir esta ponte, ressaltando que o seu custo na época seria de oitenta milhões de  
677 reais, conforme já foi veiculado pela imprensa. Afirmou ainda, que de 2012 até 2016  
678 nenhum real de verba pública foi gasto em razão da construção desta ponte, nem  
679 mesmo em estudos para implantação da mesma, apesar de ter havido diversas  
680 discussões sobre a viabilidade da mesma. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente,  
681 Lincoln Delgado (GCE), encerrou a reunião, agradecendo a presença e colaboração de  
682 todos, e eu, Tamires Tatiane Carvalho Adão Sant'Anna, lavrei a presente ata.



---

José Lincoln Trigo Delgado de Almeida  
Presidente



---

Tamires Tatiane Carvalho Adão Sant'Anna  
Secretária Executiva